



CAPITALISMO, ORTODOXIA E POLÍTICAS AGRARIAS NO PÓS-64:
o discurso do desenvolvimento e as políticas de assentamento no Maranhão

Sávio José Dias Rodrigues¹

RESUMO

Relação entre avanço do capitalismo no campo maranhense e a política agrária a partir da elaboração do estatuto da terra, e a política Neoliberal. A partir de um aparato teórico do materialismo-histórico e dialético, analisar o avanço do capitalismo no campo e a relação com a 'ortodoxia liberal'. Analisar também as políticas agrárias no após 1964, e especificamente o período que compreende as políticas neoliberais, após FHC e Lula. E analisar as políticas de assentamento no contexto proposto.

Palavras-Chave: Avanço Capitalista. Campo. Neoliberalismo

ABSTRACT

Relation between advance of the capitalism in the maranhense field and the agrarian politics from the elaboration of the statute of the land, e the Neoliberal politics. From a theoretical apparatus of the materialism-description and dialético, to analyze the advance of the capitalism in the field and the relation with 'liberal ortodoxia '. To after analyze also the agrarian politics in the 1964, and specifically the period that understands the neoliberal politics, after FHC and Lula. And to analyze the politics of nesting in the considered context..

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se aqui analisar a relação entre o avanço do capitalismo sobre o campo maranhense e a promoção de políticas de Reforma Agrária a partir da elaboração do Estatuto da Terra e do recrudescimento do regime político no Brasil e o ideário político-ideológico do neoliberalismo. Fazendo-se uma comparação, a partir do que já foi produzido de bibliografia acerca da temática, com a pesquisa documental em material do governo, como censos e relatórios, fazendo uma análise destes dados com pesquisa *in lócus*, visualizando o avanço do capitalismo, onde este se afirma dualmente enquanto seu desenvolvimento, criando regiões em que sua expansão se dá de forma direta, e outras regiões, que aparentemente seu desenvolvimento estagnou, mas que, numa análise mais apurada se mostraram integrantes de uma totalidade, que é a do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Para a elaboração deste trabalho, nessa perspectiva, dividiu-se o artigo de forma a se tornar mais explícito o que se pretende analisar. Assim, o artigo tem três partes. No primeiro item se analisa, partindo de um referencial teórico metodológico do materialismo-

¹Graduando em Geografia/UFMA; bolsista do PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA; Pesquisador do NEPHECC/UFMA.

ficando em segundo lugar dessa região, em conflitos de terra no ano de 1985 (dados da CPT citados por OLIVEIRA, 1995a).

Em 1994, o maior número de conflitos continuava a ser no estado do Pará, com 44 conflitos, tendo o Maranhão como seu sucessor, contabilizando 35 conflitos de terras (dados da CPT/MIRAD/CONTAG citado por OLIVEIRA, 2002).

No Maranhão, a expansão dos grandes projetos vai acarretar em conseqüências na dinâmica territorial do estado. Exemplos vão deste o Vale do Pindaré, tomado pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, e as terras que já tinham sido legalizadas junto aos posseiros da região, passam gradativamente para os domínios da CVRD; até o pólo de desenvolvimento agroindustrial de Balsas, onde a produção de soja em larga escala avança.

3 POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO PÓS-64: políticas de manutenção do poder e conflito no campo

O golpe militar de 1964 vem colocar em evidência um processo que estava em andamento e que a política de frente única de vários grupos políticos e partidos não permitiu que fosse visto com a devida clareza, o Estatuto da Terra (MARTINS, 1983).

O Congresso Nacional, levou 15 dias desde o envio da mensagem do Presidente ao Congresso até a aprovação do Estatuto, inclusive removendo o empecilho do Art. 147 da Constituição Federal de 1946 (MARTINS, 1983).

No período que vai de 1968 a 1970, o governo federal fundiu o IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, formando assim o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. E em 1980, é criado o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas – GEBAM, tornando-se possível a aliança com o poder local, algo indispensável para a realização de sua estratégia geopolítica (GONÇALO, 2001).

Assim foi-se constituindo um corpo de políticas que prezavam o grande capital, possibilitando colocar em prática o modelo de desenvolvimento que o governo militar seguiria. A partir desse momento, o Estatal passa a pregar uma maior participação do capital privado no desenvolvimento brasileiro. A política de substituição de importações, e a tentativa de ocupação dos territórios amazônicos, e exploração econômica da grande extensão de terras que havia ali, complementavam os anseios da burguesia brasileira.

Para o camponês apenas sobrava a luta e a resistência, que resultava na maior parte das vezes no seu desaparecimento, provavelmente por um assassinato sem resolução pela polícia, que João Cabral de Melo, ressoava melancolicamente como poesia:

...Mas então por que o mataram,

irmãos das almas,
 mas então por que o mataram
 com espingarda?
 Queria mais espalhar-se,
 irmão das almas,
 queria voar mais livre
 essa ave-bala.
 E agora o que passará,
 irmãos das almas,
 o que é que acontecerá
 contra a espingarda?
 Mais campo tem para soltar,
 irmão das almas,
 tem mais onde fazer voar
 as filhas-bala.
 ...(MELO NETO, 1978, pp. 77-78)

Em 1985, o governo de José Sarney, aprova o I Plano Nacional de Reforma Agrária. O I PNRA foi entregue ao governo como sendo uma proposta progressista, que com a pressão das forças políticas foi desfigurado. No mesmo ano de elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, a União Democrática Ruralista - UDR, que mobilizava os fazendeiros para pressionar o governo Sarney, se consolida como braço armado do latifúndio, combatendo a Reforma Agrária pressionando “o governo e os movimentos populares com ameaças de assassinato e com ‘acampamentos’ em fazendas ocupadas pelos ‘sem-terra’” (OLIVEIRA, 2002, p. 94).

O governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC enfatizou a lógica da política agrária como política social para atender a população pobre do campo que luta pela terra, e dessa forma amenizar os conflitos no campo. Assim, desvincula-a da política de desenvolvimento do país, que, aliás, tem o agronegócio como o elemento fundamental para gerar divisas para o Brasil. Três formas utilizadas pelos governos burgueses ali estavam presentes na política neoliberal do governo FHC: a primeira, era a cooptação dos movimentos; a outra, a propaganda; e a terceira, a violência (STEDILE & FENANDES, 1999). Das 482 mil famílias assentadas no período de 1995 a 2000, devem ser percebidas juntamente com o total de pessoas que deixaram o campo nesse período. Segundo dados do IBGE 4,2 milhões de pessoas deixaram o campo nesse período (DOMINGOS, 2002), numa matemática simples, onde se pega o total que migrou e subtrai-se do total de assentados. O resultado é fruto de uma política voltada para o latifúndio que só fez aumentar o número de ocupações no período de seu governo.

O governo que sucedeu FHC foi o de Luis Inácio ‘Lula’ da Silva:

O receituário deste atual governo na questão agrária é visível através da manutenção do crédito Fundiário, mudando os nomes mais mantendo a essência a cerca do governo anterior. O Novo Mundo Rural foi substituído pelo Plano Nacional de Reforma Agrária; o Sistema de Crédito pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário; as linhas de financiamento que eram a Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito fundiário de Combate à Pobreza viraram o Combate à pobreza, Nossa

primeira terra e Consolidação de Agricultura Familiar, respectivamente (RESENDE & MENDONÇA apud MENDONÇA, 2006, p. 42):

Em 2004, foi aprovado pelo Governo federal o II Plano Nacional de Reforma Agrária, tendo como Subtítulo: “Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”. Ele tenta mostrar a Reforma Agrária como sendo um compromisso do governo, assumindo ela como uma necessidade urgente, para promover a justiça social que o Brasil tanto necessitava.

3.1 A Reestruturação do capital e as conseqüências para o campo

O intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e da tendência à unificação monetária fez com que o Estado perdesse grande parte de sua autonomia. A crise do Estado capitalista fez com que teóricos lançassem mão do liberalismo econômico e retornassem a ‘ortodoxia’, dando origem às teses monetaristas e neoliberais (SOARES, 2002).

Foi no período ditatorial que o Estado brasileiro começou seu processo de dilapidação, seguindo pelo mandato democrático do presidente José Sarney. O primeiro presidente eleito diretamente pelo povo toma posse nesse clima, em que o Estado é tido como um grande desperdiçador de dinheiro público (OLIVEIRA, 1995b). Diante da crise dos anos 1980, o Brasil encontrava-se altamente fragilizado, economicamente e politicamente, um quadro que apresentava instabilidade econômica, do crescimento e na condução das políticas públicas.

Com esse quadro já enraizado no Brasil, a superinflação do governo democrático de José Sarney e Fernando Collor, serviu como forma de deixar o terreno fértil para a implementação de políticas neoliberais, primeiramente com medidas para a diminuição da inflação, assim, surge o Plano Real, que passa a ser o palco da campanha à presidência da República de Fernando Henrique Cardoso. FHC programa uma política econômica baseada na privatização das empresas estatais, assim haveria a retirada do Estado como agente produtivo, porém essa ideologia transcendeu os limites do setor produtivo, chegando à área social. Além da política de privatização das empresas estatais, a implementação de medidas para a estabilização assume grande importância, com o combate à inflação, através, principalmente da permanência de uma taxa de juros acima da média internacional, o que torna a saída da recessão que o Brasil vivia quase inviável, porém encontra no discurso do governo “condição *sine qua non*” para a retomada do crescimento (SOARES, 2002, p. 39).

A conseqüência real e concreta é de fato o aumento substancial da massa de pobres do Brasil. É possível dizer que tais políticas não reverteram o quadro de miséria no Brasil, contribuindo para o seu fortalecimento e seu aumento.

No campo, a reestruturação econômica tem duas vertentes distintas, porém que se complementam no tempo e no espaço. A primeira tem íntima relação com o avanço de tecnologias e técnicas de plantio que exigem um trabalhador com uma formação adequada e uma maior especialização e é representada pelo avanço da fronteira agrícola e pelo avanço do agronegócio. A segunda via é a implementação de programas e projetos de assentamentos. Esses projetos de assentamentos obedecem a dinâmica do capital, se submetendo a uma escala de valor da terra, que pesa sobremaneira a renda da terra.

5 O CAMPO E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS

De fato os três primeiros governos da nova república apenas fortaleceram o modelo de desenvolvimento econômico para o agronegócio, atendendo assim, aos anseios da classe dominante e da agricultura capitalista (FERNANDES, 2001).

Da mesma forma que o capital globalizado cria demandas, as demandas internas tendem a aumentar também. “Ele [o Brasil] é um grande produtor de grãos e de outros produtos quase sempre destinados à exportação, mas grande parte de sua população, formada por agricultores, necessita de terras para plantar e de alimentos” (ANDRADE, 2002, p. 13).

As políticas apontam para a criação de um “campesinato autônomo”, que tornará os pequenos produtores assentados cada vez mais expropriados do seu objeto de trabalho, a terra, e cada vez mais excluído do produto dela, já que são violentamente colocados na periferia do mercado, obrigados a competir com o agronegócio, que paradoxalmente, recebe financiamento do governo. Santos (1992, p.90) diz que: “um conjunto de produtores postados numa situação pouco cômoda de reserva ‘da reserva’ de força de trabalho; e que tendem, portanto, a aceitar qualquer proposta, desde que estas contemplem uma ou outra de suas aspirações mais imediatas”.

Hoje com a fronteira agrícola da soja, grande vedete dos produtos brasileiros para a exportação, no oeste maranhense e Médio - Parnaíba, a região do Médio - Mearim se torna descartável para os grandes produtores, que vêem o produto da região² de pouco valor para o objetivo proposto³. Assim há um deslocamento da fronteira agrícola, sendo guiada pelas exigências do mercado externo. A região que há alguns anos era a moradia de

²O produto da região: arroz, feijão, milho, mandioca, ou seja produtos para o mercado interno.

³O objetivo que se refere o trabalho é o da exportação.

um sem número de posseiros e expropriados da terra, hoje vive um mormaço em relação aos seus moradores, já que o palco de expropriação move-se tanto na direção oeste do estado, como na direção do Médio - Parnaíba.

Isso explicaria o porquê de na região do médio-mearim haver uma quantidade razoável de assentamentos e de propriedades fragmentadas. Esse fato, analisado solitariamente, daria a idéia de no Maranhão existir um processo de Reforma Agrária, que na verdade, é a própria dinâmica do capital. O que vai acarretar no apagamento do processo de luta que a região passou. Para se ter idéia o número de propriedades com menos de 10 ha na região ultrapassa os 20.000, os estabelecimentos com 10 ha a menos de cem ha ultrapassam os 4.000 (IBGE, 2006). Os dados vêm no sentido de demonstrar que os projetos de assentamentos não se constituem como um processo de reforma agrária, devido ao tamanho das propriedades distribuídas nesses projetos de assentamento que vão desde os 13 ha até os 17 ha, em média, demonstrando o caráter fragilizado e tópico destes assentamentos.

Este, que num primeiro momento parece um paradoxo das políticas é, na verdade um resultado duma complexificação do capital no campo. A apropriação do espaço por parte do capital que exige sua territorialização e sua funcionalização. O capital na medida em que se apropria dos meios de produção exige uma adequação das formas e das funções de cada ramo da sociedade, nisso ele cria uma rede de interdependência de espaços explorados por ele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Maranhão, por ter uma base econômica essencialmente agrícola, por ter sido historicamente marcado pelos conflitos no campo e por ter sua estrutura fundiária concentrada, a discussão acerca da questão agrária assume uma importância de extrema relevância nos meios de discussão.

O Brasil, e conseqüentemente o Maranhão, encontra um novo paradigma no desenvolvimento após o período de 1964, que passava eminentemente pelo meio rural, onde as políticas estavam voltadas para capitalizar o espaço agrário brasileiro e de desmobilizar os movimentos.

O entendimento do avanço do capital e da reestruturação passa pelo entendimento da modernização da agricultura e do número razoável de assentamentos. A moderna agricultura assume um papel nas áreas de maior renda da terra de capitalizar o espaço, concentrando a renda e a terra. O número cada vez maior de assentamentos está nas áreas onde o capital elege como espaços de reserva, ou onde há anos atrás serviu

como fronteira agrícola e hoje é área de plantio ‘antigo’ com culturas que não são mais lucrativas. É importante visualizar o que Milton Santos fala sobre os lugares que adquirem suas especificidades e seus papéis: “Cada lugar, ademais, tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo. Este, como se sabe, é formado de produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo” (SANTOS, 1997, p. 3). Assim é com a fronteira agrícola da soja, com o seu papel de capitalizador do espaço e com a região do médio Mearim, que assume um papel de abastecedor de produtos agrícolas para o mercado local.

REFERENCIAS

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal** Na América Latina. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção: questões da Nossa época; v 78).

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILLI. **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b.

DAMASCENO, Maria Nobre. **Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato**. Fortaleza: EUFC, 1990.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**.3ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira,1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **AMAZÔNIA: Monopólio, Expropriação e conflitos**. 5.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995a. Série Educando.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**.11.ed. São Paulo:Contexto, 2002. Repensando a Geografia.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Editora Plano, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina** e outros poemas em voz alta. 10 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.

STEDILE, João Pedro; FENANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MENDONÇA, Cláudio Anselmo de Souza. **Conflito de terra no Maranhão: a luta pela terra em São Mateus do Maranhão**. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2006. Monografia (graduação em geografia).

DOMINGOS, Manoel. **A reforma agrária de FHC**. Disponível em www.social.org.br/relatorio2002/relatorio007.htm, acesso em: 26/03/2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Questão Agrária no Limiar do Século XXI. **Espaço e geografia**. Ano – 4. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço Agrário Brasileiro: Velhas Formas, Novas Funções, Novas Formas, Velhas Funções. **GEOUSP: espaço e tempo**. n. 12. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade** (ensaios). 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia. **Censo agropecuário 1995-1996**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 01/12/2006.